

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS NO SISTEMA SICREDI

COOPERATIVISM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: EXPERIENCES IN THE SICREDI SYSTEM

Fernanda Braga Royer Camargo¹
Laiane Frescura Flores²
Marjana Eloísa Henzel³
Angélica Hammel Pias⁴
Eusélia Paveglia Vieira⁵
Pedro Luis Büttendbender⁶

¹Resumo: O termo sustentabilidade ingressou definitivamente na pauta contemporânea, tornando-se um desafiador debate sobre o papel das organizações na construção do desenvolvimento sustentável. Tais debates demandam muitas vezes rigor acadêmico e teor empírico para que possam auxiliar gestores e líderes em suas diretrizes organizacionais. Este estudo tem por objetivo dissertar a respeito da temática do cooperativismo, sustentabilidade, evolução para o conceito ESG e aproxima tais definições ao *lôcus* do Sistema Sicredi. Nesta perspectiva, tal investigação empírica apresenta as principais práticas de governança que são realizadas pelo Sistema e que vão ao encontro dos princípios básicos constituídos internacionalmente e nacionalmente pelo desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema e análises detalhadas em sítio eletrônico do Sistema. Desta forma, entende-se que o modelo cooperativista já vem praticando a sustentabilidade e o Sistema confirma-os em suas atuações junto aos associados e as comunidades nas quais atua.

Palavras-chave: sustentabilidade, cooperativismo, instituições financeiras, ESG.

ABSTRACT: The term sustainability has definitely entered the agenda of the most current and challenging debate on the role of organizations in building sustainable development. Such debates often demand academic rigor and empirical value so that they can help managers and leaders in organizational guidelines. This article discusses the theme of sustainability, its evolution to the ESG concept and bringing such definitions closer to the locus of the Sicredi System. In this perspective, such empirical investigation presents the main practices of Governance that are carried out by the System and that meet the basic principles constituted internationally and nationally for sustainable development. For the study, bibliographic research was carried out and for the practical analysis in question, detailed searches were carried out on the website of the Sicredi System. In its principles, the cooperative model has already been practicing sustainability ideas and the Sicredi system confirms them with its members and with the communities in which it operates.

Key Words: sustainability, cooperativism, financial institutions, ESG.

1. INTRODUÇÃO

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí RS. Bolsista.

E-mail: fernanda.camargo@sou.unijui.edu.br

²Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí RS. Bolsista Prosup/Capes.

E-mail: laiane.flores@sou.unijui.edu.br

³Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí RS.

E-mail: marjana.henzel@sou.unijui.edu.br

⁴Mestranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí RS. Bolsista.

E-mail: angelica.pias@sou.unijui.edu.br

⁵Dra. Pesquisadora, Professora no PPGDR/Unijuí RS. E-mail: euselias@unijui.edu.br

⁶Dr. Pesquisador, Professor Orientador PPGDR/Unijuí RS. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

Desde a origem do cooperativismo, marcado pela constituição da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844, o modelo vem se destacando significativamente ao longo dos anos, principalmente pautado por seus valores, princípios e equilíbrio entre gestão social e econômica. Em seu âmago, orientado às pessoas e não ao capital, estão as melhorias de condições de renda aos seus cooperados que, por sua vez, impactam na valorização do seu ambiente e consequentemente o desenvolvimento local das comunidades das quais estão inseridas.

A agenda de preocupações voltadas às questões ambientais, sociais e de governança agravadas significativamente no contexto pandêmico, vem se tornando protagonistas no planejamento estratégico de diversos setores da economia, no qual o cooperativismo de crédito não fica alheio a essas discussões. Nesta direção entende-se que os princípios do cooperativismo estão alicerçados a esta agenda inclusive com o ESG, uma vez que o cooperativismo é exercido por meio da economia solidária, livre participação econômica dos membros, preocupação com o desenvolvimento das comunidades e colaboração entre associados (BEZERRA, 2022).

Sob este prisma, tem-se a questão: Como o Sistema Sicredi vem trabalhando com a questão da Sustentabilidade, sob a perspectiva da ESG? Para atingir o objetivo do estudo dissertou-se a respeito da temática do cooperativismo, sustentabilidade, evolução para o conceito ESG e aproximar tais definições ao *locus* do Sistema Sicredi. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, assim como a busca detalhada em sítio eletrônico do Sistema Sicredi, análise qualitativa, descritiva com observações diretas ao estudo de caso (MINAYO, 2013; GIL, 2018; YIN, 2001). Na sequência apresenta-se um breve resgate dos principais fatos históricos do cooperativismo e cooperativismo de crédito, valores e princípios que os norteiam é o destaque principal para o estudo de caso.

2. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONTEMPORÂNEOS DO COOPERATIVISMO

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, aspirações através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada (ACI, 2015).

Segundo Franke (1973) o cooperativismo pode ser entendido como um sistema de organização econômica que busca eliminar os desajustamentos sociais originários dos excessos da intermediação capitalista e por outro lado uma doutrina constituída pelo conjunto de princípios que deve reger o comportamento do homem integrado naquele sistema. É um movimento, uma filosofia de vida, um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, diferencial com relação às outras iniciativas de caráter empresarial (MEINEN; PORT, 2014).

A primícia do cooperativismo surgiu da cooperativa matriz de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, motivado pelas desigualdades sociais que estavam afetando a classe operária e os camponeses em meio às mudanças ocasionadas pela Revolução Industrial. Tal movimento é uma reação ao capitalismo industrial nascente, a superação do interesse privado sobre o coletivo que trouxe consequências negativas para uma parte da sociedade (SCHNEIDER, 1999). Após isso o cooperativismo se espalha por todo o mundo, mas especialmente em países como Inglaterra, França, Alemanha e Itália ele brota ainda no final do século XVIII (SCHNEIDER, 1999; PINHO, 2004; MEINEN; PORT, 2014).

A primeira cooperativa de crédito tem origem em uma pequena cidade rural da Alemanha. O prefeito de Weyerbusch, Friedrich Raiffeisen, diante da fome e da dificuldade financeira da população rural, criou inicialmente uma associação para vender pão a crédito e depois a “União de Socorros Mútuos dos Agricultores sem Recursos de Flammersfeld”. Buscou apoio da população com melhores condições financeiras, sem sucesso decidiu captar as economias dos próprios camponeses para emprestar entre si, marcando assim todas as demais variações de cooperativa de crédito que surgiram posteriormente (CUNA, 1966).

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, o movimento teve início no ano de 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto — cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. A iniciativa se espalhou em outras regiões de Minas Gerais e outros estados, principalmente, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (SESCOOP SP, 2021).

Nesta direção, conforme Schneider (1999), Pinho (2004) e Meinen e Port (2014), a iniciativa pioneira mais importante no Brasil foi em 1902 com a criação de uma cooperativa de crédito criada pelo padre jesuíta suíço, Theodor Amstad. A cooperativa usou o modelo Raiffeisen na localidade de Linha Imperial, hoje município de Nova Petrópolis/RS. Naquela época, o padre percebeu as carências socioeconômicas dos imigrantes alemães e italianos e criou as plataformas interconfessionais para organizar os agricultores e também as cooperativas.

Nas décadas seguintes, o cooperativismo de crédito teve grande expansão no Brasil. Em 1925 foi formada a Central de Caixas Rurais que reunia 18 entidades singulares do Estado do RS, nos anos 60 surgiram cooperativas formadas por colaboradores de empresas privadas ou servidores públicos. Sendo fomentadoras da área agrícola do país, as cooperativas apoiadas pelo governo proporcionaram a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) em 1951. Nas décadas de 60 e 70 houve então o chamado deslocamento para os bancos oficiais o que ocasionou normas restritivas às cooperativas e dificuldades de gestão, momento que ocasionou o fechamento de muitas delas. Em meados de 1980, quando os recursos oficiais destinados ao financiamento rural foram reduzidos, houve uma menor presença do Estado e com as dificuldades do quadro inflacionário abriu-se uma oportunidade para o movimento de cooperativas de crédito no Brasil.

No RS, através de Mário Krueel Guimarães, o movimento foi reorganizado, seguindo as estratégias das cooperativas agropecuárias parceiras (PINHO, 2004; MEINEN e PORT, 2014). Assim, em 1980 nove das treze cooperativas Raiffeisen sobreviventes se reuniram em uma nova central chamada Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda (COCECRER). Segundo Guimarães (*apud* MEINEN e PORT, 2014) o momento exigia das pequenas cooperativas um movimento mais fortemente ligado à gestão de melhorias, justamente pela falta de colaboradores capacitados, gestores inexperientes, associados desmotivados e pouco participativos.

Nos anos seguintes as cooperativas urbanas de crédito mútuo tiveram grande desenvolvimento e em meados dos anos 90, foi permitida a criação de bancos cooperativos com o propósito de integrar as cooperativas ao sistema nacional de pagamentos e promover soluções corporativas de negócios. Neste movimento ainda destaca-se a criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) que foi uma iniciativa societária intersistêmica capaz de garantir maior solidez a todas as cooperativas e seus bancos cooperativos associados no país (MEINEN e PORT, 2014).

Neste contexto, embora os objetivos econômicos sejam importantes, os mesmos não podem constituir o objetivo último mas sim os meios para viabilizar os objetivos mais importantes como das cooperativas que são; proporcionar uma vida melhor, mais segura e mais digna ao associado, promover direitos humanos, defender a democracia, ter solidariedade para com os necessitados, onde quer que se encontrem. Assim, reforça-se a importância dos valores que segundo Schneider (1999) são: auto ajuda, ajuda mútua, valores de interesse não lucrativos, valores democráticos, valores de esforço voluntário, valores de universalismo, valores educacionais e valores na busca de benefícios para os membros.

Para Meinen e Port (2014) os valores fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, os quais aparecem de forma mais recorrente entre os diferentes doutrinadores, conforme segue:

- a. **Solidariedade:** para o cooperativismo faz referência à solidariedade que todos têm com todos, pois gera uma força conjunta e assegura o bem de cada um dos membros. É praticar a ajuda mútua, cooperar quase como uma reciprocidade obrigatória justificada pelo interesse comum;
- b. **Liberdade:** representa o direito de escolha para entrar ou sair da cooperativa;
- c. **Democracia:** pela palavra e voto o associado tem o direito de participar da cooperativa. Também é relacionado ao acesso universal, sem discriminação de qualquer espécie;
- d. **Equidade:** diz respeito à garantia da igualdade de direitos;
- e. **Igualdade:** impede a segregação devida à condição socioeconômica, raça, gênero ou sexo, ideologia política, religião, idade ou outra característica;
- d. **Responsabilidade:** relacionada ao cumprimento dos deveres, a pessoa é responsável pela viabilidade do empreendimento;
- f. **Honestidade:** tem a ver com dignidade, ser verdadeiro por excelência;
- g. **Transparência:** fala da importância de ter uma comunicação clara, pois todos devem ter conhecimento sobre regras, gestão, números etc.
- h. **Responsabilidade socioambiental:** relacionado ao compromisso do empreendimento cooperativo com a preocupação pelo bem-estar das pessoas, proteção do meio ambiente, desenvolvimento econômico e social.

Para que as cooperativas, independentemente do tipo, possam praticar estes valores se faz necessário as linhas orientadoras, ou seja, os seus princípios que são universais, internacionais e que derivam ainda da primeira cooperativa de 1844 (MEINEN e PORT, 2014). Assim, para que os princípios aderissem às mudanças e às necessidades de cada época histórica, eles foram atualizados através de congressos internacionais promovidos pela Aliança Cooperativa Internacional em 1937, 1966 e 1995. Foi neste último congresso que o princípio voltado a comunidade foi incluído e desta forma se constituíram os sete princípios:

1. **Adesão livre e voluntária:** qualquer pessoa pode ingressar numa cooperativa, desde que o faça de forma livre e espontânea, atenda aos requisitos previstos no estatuto da entidade e concorde com os princípios da doutrina cooperativista. Ninguém pode ser impedido de ingressar numa cooperativa e nem obrigado a associar-se;
2. **Gestão democrática:** a cooperativa deve ser administrada por todos os cooperados através de representantes eleitos para a conduzir. Cada cooperado tem direito a um voto independentemente da sua participação financeira (quota parte) na entidade;
3. **Participação econômica:** todos os associados participam na constituição financeira da cooperativa, bem como usufruem dos resultados obtidos ao final de cada exercício, seja através da distribuição das sobras entre os cooperados, seja em razão dos investimentos feitos com tais sobras em prol da empresa como um todo. Na distribuição das sobras não tem relevância o valor da quota integralizada pelo cooperado, mas a sua participação nas atividades da sociedade;
4. **Autonomia e independência:** a cooperativa não pode vincular-se de forma subordinada a nenhuma entidade ou pessoa estranha ao seu quadro de cooperados;
5. **Educação, formação e informação:** as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que esses possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Faz-se necessário que tenham clareza com relação à doutrina cooperativista, bem como, quanto ao funcionamento da entidade da qual passam a fazer parte;
6. **Intercooperação:** as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em cooperação entre os membros de uma cooperativa, mas também atuando em parceria com outras cooperativas através de estruturas locais, regionais, nacionais e até internacionais;
7. **Interesse pela comunidade:** o principal objetivo de uma cooperativa é a melhoria das condições de vida daqueles que nela ingressam. Não se admite uma cooperativa voltada exclusivamente para o mercado, visando à obtenção de lucros, aviltando os direitos dos cooperados. A

comunidade constitui, ao mesmo tempo, o objetivo e o objeto de toda verdadeira cooperativa. Por fim, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Para Franke (1973), o mais alto princípio no qual se subordina inalteravelmente a ação cooperativa é o de que a cooperativa não existe para explorar serviços no seu próprio interesse, mas para prestá-los desinteressadamente aos seus membros. Tal pressuposto está relacionado ao solidarismo que é entendido como expressão de um comportamento comum em que o interesse da cooperativa se identifica com o do cooperado e é por isso que as cooperativas se distinguem de outras orientações econômicas, nem movimento coletivo e altruísmo econômico (FRANKE, 1973).

Segundo Dale *et al.* (2013), todos os princípios do cooperativismo têm alguma relação com a sustentabilidade, mas o sétimo que mais se aproxima até por entender que as cooperativas atuam para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade por meio de políticas aceitas pelos seus membros. Naturalmente as cooperativas têm o dever de conduzir-se para o desenvolvimento equilibrado das próprias comunidades e para o bem-estar dessas populações (MEINEN;PORT, 2014).

No contexto atual, um indicador de mensuração para a sustentabilidade é o ESG (*Environmental, Social and Governance*), um proxy de desempenho importante que possui a governança como moderador, incluindo uma pontuação geral, refletindo uma visão equilibrada de uma empresa nas áreas ambiental, social, governança e desempenho econômico ao longo do tempo (NUBER *et al.*, 2019). Os índices ESG refletem as iniciativas das empresas que geram impacto para remediar os danos ao meio ambiente, injustiças sociais e melhorar as suas práticas de governança, seja a empresa pertencente ao setor público ou privado (WALTER, 2020).

Corroborando com esse entendimento Bezerra (2022), afirma que diante do recrudescimento da agenda ESG, o mercado de crédito cumpre um papel de destaque na busca pela sustentabilidade. O Banco Central, que regulamenta todo o setor financeiro incluindo as cooperativas de crédito, incluiu os princípios de responsabilidade ambiental, social e governança em seu planejamento estratégico. Sendo este um fator cada vez mais relevante durante a análise de crédito.

Nesse sentido, considerando o caráter social das medidas ESG, as cooperativas de crédito se destacam em relação às iniciativas de educação financeira junto à comunidade local; inclusão financeira para pequenos negócios; programa de diversidade e inclusão nos processos de contratação de funcionários; Inclusão digital para a comunidade local e oferta de soluções financeiras e não financeiras com impacto positivo econômico, social e ambiental.

3. O CASE SICREDI E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

O Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo) é a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Desde 1902, atua para apoiar o crescimento dos associados e leva o desenvolvimento sustentável às comunidades onde está presente e em 230 municípios brasileiros é a única instituição financeira presente fisicamente. Atua em todas as regiões do país e gera valor para essas localidades ao captar recursos de associados e emprestar para associados das mesmas regiões. A permanência desses recursos no local cria um ciclo virtuoso que estimula a geração de renda e o ciclo de crescimento sustentável, com maior oferta de empregos, produtos locais e desenvolvimento econômico. Há um modelo de atuação sistêmico, em que cada uma das mais de 100 cooperativas possui autonomia para atuar localmente, mas conta com o apoio do Centro Administrativo Sicredi em tecnologia, segurança e solidez financeira. As cooperativas são responsáveis por implementar as estratégias nacionais levando em conta as necessidades locais. Cada cooperativa é filiada a uma das cinco centrais regionais, que são acionistas da SicrediPar, *holding* que coordena, junto das próprias cooperativas, as decisões estratégicas do Sistema (SICREDI, 2021).

Ainda, sua Política de Sustentabilidade estabelece os princípios e diretrizes que norteiam a estratégia e a tomada de decisão em todos os âmbitos do negócio e no relacionamento com as partes interessadas, definindo que sustentabilidade é a gestão do negócio com foco na ampliação do

impacto positivo econômico, social e ambiental, reduzindo os impactos adversos e gerando valor para os associados, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas, configurando-se em sua atuação de forma transversal, ou seja, é de responsabilidade de todos os colaboradores, independentemente da área de atuação ou nível hierárquico (SICREDI, 2021). A estrutura voltada para a implementação do tema conta com Comitês de Sustentabilidade instalados nos níveis nacional, regional e local, garantindo uma gestão robusta em todos os níveis do Sistema. Dessa forma, os direcionadores e temas focais de sustentabilidade são ilustrados na figura 01 abaixo.

Figura 01. Direcionadores de Sustentabilidade no Sicredi



Fonte: Adaptado do relatório de Sustentabilidade do Sicredi (2021).

Estes direcionadores de sustentabilidade visam fortalecer o negócio de forma sustentável, tendo no relacionamento e cooperativismo um modelo com gestão transparente, participativa e democrática, oportunizando soluções responsáveis que impactam positivamente na sustentabilidade, bem como, na promoção do desenvolvimento local, atuando como um motor do desenvolvimento local, fomentando a economia local, a inclusão financeira e o desenvolvimento das pessoas e comunidades onde atua.

O comprometimento da Instituição com a sustentabilidade do negócio cooperativo foi reforçado mediante a adesão ao Pacto Global, uma iniciativa da ONU, que traz os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como norteadores do desenvolvimento sustentável. A partir deste compromisso, o Sicredi alinhou os desafios de sustentabilidade aos desta agenda global, ao mesmo tempo em que se posicionou de maneira uníssona como Sistema, com objetivos e metas em prol do desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade (SICREDI, 2021). No quadro 01 estão relacionadas as principais práticas sustentáveis incorporadas pelo sistema Sicredi.

Quadro 01. Relação das principais práticas e iniciativas de Sustentabilidade

Práticas de Sustentabilidade	Breve descrição
Programa Crescer	Programa de Educação cooperativa, visando ampliar a compreensão sobre as sociedades cooperativas, seu funcionamento, benefícios e diferenciais em relação a outras instituições financeiras;
Programa Pertencer	Estímulo à participação dos associados nas assembleias e nos processos decisórios das cooperativas, incluindo aqueles relacionados à sua gestão e desenvolvimento.
Programa a União Faz a vida	Crianças e jovens vivenciando a metodologia de ensino que incentiva valores de cooperação e cidadania.
Programa Cooperativas	Programa que visa ampliar as oportunidades de aprendizado de crianças e adolescentes por meio de atividades sociais e culturais, desenvolvimento de competências como liderança,

Escolares	empreendedorismo social, educação financeira e inclusão social.
Comitês: Sustentabilidade, Jovem, Mulher, Inclusão e Diversidade	Tem por finalidade direcionar esforços para a promoção e o desenvolvimento de políticas e práticas voltadas à sustentabilidade, inclusão dos jovens e das mulheres e a Inclusão e Diversidade, visando potencializar iniciativas e ações já realizadas, garantindo a representatividade e incentivo à liderança e ao cooperativismo, em diferentes espaços.
Capacitações em sustentabilidade	Oferta de treinamento aos colaboradores, fortalecendo iniciativas sistêmicas para o desenvolvimento sustentável e identificação de riscos socioambientais.
Cooperação na Ponta do Lápis	Programa sistêmico de educação financeira, visando “cooperar para uma vida financeira sustentável”, buscando desenvolver e fortalecer a temática na sociedade.
Construções Sustentáveis	Incentivo e concessão de crédito voltado às práticas sustentáveis nas edificações, em termos de eficiência da água, energia e atmosfera, materiais e recursos, qualidade interna dos ambientes e inovação.
Economia Verde	Concessão de crédito voltado à captação e geração de energia fotovoltaica, visando os potenciais impactos positivos para a sociedade e para o meio ambiente; Algumas sedes do Sicredi também já utilizam energia solar e/ou espaços com áreas verdes, gerando 100% de energia limpa e renovável.
Programas de financiamento socioambientais	Destacam-se ações e concessão de crédito voltados à Agricultura feminina, Agricultura de Baixo Carbono, Agroecologia e Agricultura Orgânica, Boas práticas agrícolas e de sustentabilidade.
Fundo Social	Destinação de percentual do resultado do exercício anterior para apoiar iniciativas promovidas por entidades privadas, sem fins lucrativos e legalmente constituídas. As ações apoiadas devem ser mensuráveis em esforço, tempo e impacto no desenvolvimento social.

Fonte: Adaptado do relatório de Sustentabilidade do Sicredi (2021).

As ações e práticas relacionadas acima, evidenciam a potente e representativa ação do Sicredi junto aos inúmeros municípios em que atua e suas respectivas comunidades, em diferentes frentes: na concessão de crédito de financiamento, em programas de formação e capacitação que visam internalizar os preceitos de cooperação, solidariedade e sustentabilidade desde a infância até a vida adulta, bem como, em outras ações que fortaleçam as práticas de sustentabilidade e desenvolvimento local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios ligados à promoção de um desenvolvimento que considera a perspectiva social, econômica e ambiental ainda é um desafio e, é urgente compor alternativas que alterem o *status quo* de diversos setores da sociedade em prol deste objetivo (SESCOOP/SP, 2021).

Tão vigorosamente presente neste contexto, o ESG apresenta-se como indicativo para que os princípios do cooperativismo continuem proporcionando um atendimento às demandas de novas gerações e suas comunidades preocupadas com valores éticos e sustentáveis.

Neste contexto contemporâneo, o cooperativismo se apresenta como uma alternativa capaz de potencializar uma mudança significativa e positiva com capacidade de proporcionar aos seus associados e comunidade a oportunidade de melhoria das condições de vida.

Identifica-se no Sistema Sicredi uma cultura organizacional e ações articuladas e que estão em consonância com o seu propósito que é de “construir juntos uma sociedade mais próspera”, isso promove iniciativas e práticas potencializadoras da sustentabilidade, fazendo com que atuem como protagonistas efetivos do desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos e consequentemente promovendo o desenvolvimento de pessoas e fomentando a economia local.

Entende-se que, para além do material aqui apresentado, a política de sustentabilidade do Sicredi sustentaria como um indicativo relevante para que outros modelos do sistema cooperativista

possam ter práticas sustentáveis. Para além disso, iluminados academicamente, sugere-se leituras como em Büttgenbender *et al*, (2019) que nos remete a outro estudo de caso nessa direção.

REFERÊNCIAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional, 2015. Disponível em: <https://www.ica.coop/> Acesso em 10 out 2022.

BEZERRA, Gustavo. **ESG no cooperativismo de crédito: O cenário é positivo, mas precisa evoluir.** Coonecta, 2022. Disponível em: <https://coonecta.me/esg-no-cooperativismo-de-credito/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BÜTTENBENDER, P. L., SPAREMBERGER, A., DUTRA, A. S., PERDONSINI, D. **Práticas de sustentabilidade ambiental em uma cooperativa de crédito: o caso do SICREDI União RS, agência de Santo Ângelo.** In: ROTA, E., LAGO, I.C., JUSTEN, A.F., and SANTOS, M., eds. Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos [online]. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019, pp. 223-240. ISBN: 978-65-5019- 011-8. <https://doi.org/10.7476/9786586545432.0014>.

CUNA MUTUAL INSURANCE SOCIETY. **Credit union history.** Madison: Cuna, 1966. 6 v.

DALE, A. et al. **Co-operatives and Sustainability: An investigation into the relationship.** International Co-operative Alliance, 2013.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: Direito Cooperativo.** Saraiva, 1973.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6.ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2018.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã.** Brasília: Confedbras, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NUBER, C.; VELTE, P.; HÖRISCH, J. The curvilinear and time-lagging impact of sustainability performance on financial performance: Evidence from Germany. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 27 (1), 232-243, 2019. doi: 10.1002/csr.1795

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** Unisinos, 1999. colombia.org

SESCOOP/SP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo, 2021. **ESG, ODS e Cooperativismo.** Disponível em: https://www.sistemaocesp.coop.br/arquivos/imagens/jornalismo/7998__433611_20210629111624.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

SICREDI. **Relatório de Sustentabilidade 2021.** Disponível em https://www.sicredi.com.br/media/produtos/filer_public/2022/04/26/relatorio_sustentabilidade_sicredi_2021_260422.pdf. Acesso em 27 set. 2022.

WALTER, I. Sense and Nonsense in ESG Ratings. **Journal of Law, Finance, and Accounting**, , 5: 307–336, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.